

Antônio Gomes Barreto - O Primeiro Presidente da Câmara da Vila da Telha

JOSÉ HILTON LIMA VERDE MONTENEGRO*



Capitão Manoel Gomes Barreto, português da Freguesia de São Pedro da Vila de Cantanhede – Coimbra¹, em 27 de junho 1746, próximo à Missão da Telha² (atual Iguatu-CE), adquiriu terras através de sesmaria³, na Ribeira do Quixelô, margem esquerda do Rio Jaguaribe, terreno esse denominado de Barra do Trussu (onde o Rio Trussu deságua no Jaguaribe). Esse Sítio serviu de morada para parte das famílias Gomes Barreto, Carvalho, Matos e Cavalcante, todas estas interligadas por casamentos consanguíneos. O primitivo proprietário da Barra, o Capitão Manoel Gomes Barreto, casado com a viúva Maria Pessoa da Silva, gerou vasta descendência em que, uma fração destes, ainda hoje habita a região da antiga sesmaria e integra o meio social e político de Iguatu-CE. Manoel Gomes Barreto e Maria Pessoa da Silva são os bisavós do primeiro presidente da Câmara da Vila da Telha, Antônio Gomes Barreto.

O Historiador Raimundo Girão registrou os descendentes do Capitão Manoel Gomes Barreto na Revista do Instituto do Ceará, ano 1965, páginas 107 a 113, no trabalho com o título **Montes – Machados – Girões**:

* Historiador.

¹ Siará Grande – Uma Província Portuguesa no Nordeste Oriental do Brasil. Volume IV, página 1867. Francisco Augusto de Araújo Lima. Fortaleza-CE, 2016.

² Aldeamento dos índios quixelôs pelos carmelitas, os quais seriam educados para o trabalho e cristianizados. A Missão da Telha foi implantada na área territorial da cidade de Iguatu-CE, outrora denominada de Telha.

³ Datas de Sesmarias, volume VII, páginas 21 e 22. Sesmaria N° 510. Tipografia Gadelha, Fortaleza-CE, 1926.

Do segundo matrimônio de Maria Pessoa da Silva com Manoel Gomes Barreto, Sargento-mor, nasceram: Padre Matias Gomes Barreto, Licenciado José Gomes Barreto, Vicência Gomes Barreto, Vicente e Antônio Gomes Barreto casado com Escolástica Maria de Melo...

Antônio Gomes Barreto, o primeiro presidente da Câmara da Vila da Telha, nasceu no Sítio Barra, em 1820 (data baseada no seu óbito e no inventário de Escolástica Maria de Mello, sua avó)⁴. Filho de Antônio Gomes Barreto e Ana Senhorinha de Carvalho, era neto de Antônio Gomes Barreto e Escolástica Maria de Mello⁵. Tinha um único irmão, Cândido Antônio Barreto. Ficou órfão de pai em tenra idade. Ana Senhorinha de Carvalho, sua mãe, ao ficar viúva, casou-se, em segundas núpcias, em 1828, com o paraibano de tradicional família de Taperoá-PB, Major Bento Vilar de Carvalho⁶.

A infância de Antônio na Fazenda Barra, ao lado do irmão Cândido, dos primos e dos filhos de escravos foi de muito contato com a natureza: pegar pássaros silvestres, pescar, embrenhar-se nas matas, tomar banho no Trussu e no Jaguaribe, saborear guloseimas nos engenhos de cana-de-açúcar, ir ao curral das vacas na madrugada para beber leite mugido etc., eram entretenimentos indispensáveis na época. À noite, na Barra, os adultos se recolhiam para dormirem após a chegada da brisa refrescante do vento Aracati⁷, que antes de surgir levantando poeira nas estradas e nos terreiros das casas, era anunciado pelo assobio que produzia e pelo som característico dos galhos das árvores e das moitas quando em ventania. Os deslocamentos que se faziam por estradas carroçáveis e veredas, sempre em lombo de animais, eram restritos para a criançada, mas acompanhar os pais à sede do povoado da Telha, ao povoado de São Matheus e à Vila

⁴ Inventário de Escolástica Maria de Mello. Arquivo Público do Estado do Ceará. Pacote 3 – Processo 24, ano de 1835. Cópia cedida pelo pesquisador amigo Dr. Mardos Cavalcante.

⁵ Antônio Gomes Barreto (I) e Escolástica Maria de Mello são os genitores de Antônio Gomes Barreto (II), sendo este o pai de Antônio Gomes Barreto (III), o primeiro presidente da Câmara da Vila da Telha.

⁶ Jornal CONSTITUIÇÃO, de 13 de maio de 1866.

⁷ Vento que surge no mar e adentra o sertão através do leito do Rio Jaguaribe, de sua foz, onde se encontram as cidades do Fortim e Aracati, até os Inhamuns.

do Icó⁸, esta pujante com belos casarões, igrejas imponentes e ruas largas e arborizadas, era permitido. Estamos na década de 1820, quando Iguatu ainda era denominada de Povoação da Telha, época em que o entorno da Matriz tinha poucas casas, e a parte central do descampado, onde se encontra a praça Adil Mendonça, era coberta de mato. Sua população era eminentemente rural. Os proprietários rurais e seus agregados só se dirigiam à sede do povoado da Telha em dias de Missa, datas comemorativas da Igreja Católica, batizados e casamentos. Foram essas estadas, durante os longos e cansativos eventos religiosos que geraram nos abastados senhores de terras a necessidade de melhor acomodarem as suas famílias, assim se iniciaram as construções das primeiras casas, para habitação temporária, nos arredores da Capela de Sant'Ana da Telha (edificada no século XVIII)⁹ o que resultou no surgimento do povoado. Nesse mesmo período surge, também, a minguada feira sem atrativos e com poucas ofertas para o reduzido público.

O pai de Antônio Gomes Barreto herdou parte das terras da Barra, Iguatu-CE. Possuía boas condições financeiras, típico fazendeiro abastado que se preocupou em investir na formação dos filhos, Cândido e Antônio. Ana Senhorinha de Carvalho orientou ambos dentro dos princípios morais, religiosos e éticos da época, não dispensando, também, o afeto, o carinho e o grande amor aos filhos. Foram educados e alfabetizados satisfatoriamente, ao ponto de conseguirem a provisão¹⁰ para advogar no Icó, na Telha (Iguatu-CE), em São Matheus (Jucás-CE), em Saboeiro e no Riacho do Sangue (Solonópole-CE). Antônio, o mais novo, que herdara o nome completo do pai e, também, do avô, Antônio Gomes Barreto, além de exercer a advocacia era Professor de Primeiras Letras. A boa formação dos jovens, também, se deve ao zelo desprendido pelo padraсто, Major Bento Vilar de Carvalho. Educar e formar uma criança, um jovem, no Sertão do Ceará, no limiar do século XIX, era algo raro e mais raro se tornava quando o povoado, em que se morava, não oferecia escola. Nesses

⁸ A Vila do Icó foi criada através de Ordem Régia de 17 de outubro de 1735. A sua instalação se deu em 4 de maio de 1738. (O CEARÁ – Raimundo Girão e Antônio Martins Filho. Página 208. Editora Fortaleza, Fortaleza-CE, 1939.)

⁹ Paróquia de Iguatu – sua formação eclesiástica. Pe. Francisco de Assis Couto. Página 18. Editora A. Batista Fontinele, Fortaleza-CE, 1958.

¹⁰ Advogado provisionado ou rábula – não possuía formação acadêmica em Direito. Recebia autorização para advogar de órgão competente do Poder Judiciário.

rincões só estudava os filhos de pais ricos e de visão progressista, pois tinham que contratar professores particulares, de outras localidades, para suprirem a carência do ensino formal. Alojavam e mantinham os mestres em suas fazendas, por alguns meses, durante o ano. Foi nesse contexto que Antônio Gomes Barreto e Cândido Antônio Barreto adquiriram conhecimentos que os nortearam por toda as suas vidas.

Antônio Gomes Barreto casou-se, em 30 de setembro de 1839, em Aracati-CE, com Isabel Maria de Jesus, que após o casamento passou a assinar Isabel Senhorinha de Mattos, filha de André Joaquim de Mello e Anna Catharina de Mello¹¹. Da união entre Antônio e Isabel, nasceram os filhos: Hermilinda Barreto Cavalcante, casada com José Benício Cavalcante; Ana Barreto de Oliveira, casada com Francisco Alves de Oliveira; Josina Amália Barreto, casada com Nivardo Barreto de Carvalho; e ainda Fausto, Olímpia, Misael, Úrsula, Maria e Antônia. Muitos dos seus descendentes, filhos, netos, bisnetos, destacaram-se e destacam-se na vida política, social e econômica da nossa Iguatu.

Através da Lei Nº 558, de 27 de novembro de 1851¹², o Povoado da Telha foi elevado à categoria de Vila, mas, por dispositivo, esta Lei só teria efeito quando da edificação da cadeia e da casa da Câmara. Para agilizar a efetivação da Lei Provincial Nº 558, Bento Vilar de Carvalho e sua esposa, Ana Senhorinha de Carvalho¹³ (ambos, padasto e mãe de Antônio Gomes Barreto) cederam, temporariamente, uma ampla casa, no quadro da Matriz, para abrigar a Câmara da Vila da Telha e cadeia. Portanto, em 25 de janeiro de 1853, a Vila da Telha foi instalada¹⁴ e tomaram posse os vereadores Antônio Gomes Barreto, Alexandre José Cavalcante, Agostinho Moreira Braga, Esperidião de Matos Mariscal, Joaquim Martins Gomes e Luís José Moreira Barros. Foi escolhido, entre os pares, para presidir a recém-instalada Câmara da Vila da Telha, Antônio Gomes Barreto. O prestígio da família Gomes Barreto era tão sólido ao ponto de conseguir três vagas para o cargo de vereador, das seis que compuseram o primeiro exercício da Câmara da Vila da Telha: Antônio Gomes Barreto (Presidente),

¹¹ Diocese de Limoeiro do Norte-CE. Livro de casamentos da cidade de Aracati-CE (1839 – 1851).

¹² Leis Provinciais do Estado do Ceará – Tomo II (1847 – 1855), página 230.

¹³ Jornal O POVO – 4 de maio de 1949. O CENTENÁRIO DE IGUATU, Hugo Victor.

¹⁴ Ata de instalação da Vila da Telha. **Iguatu, memória sócio – histórico – econômica**, 1ª edição, páginas 259 e 260. Editora Instituto do Ceará, 1962. Alcântara Nogueira.

Alexandre José Cavalcante e Esperidião de Matos Mariscal (Secretário). Os dois primeiros são netos de Antônio Gomes Barreto (o patriarca); o terceiro, Esperidião de Mattos Mariscal, é bisneto do patriarca.

O Presidente da Câmara, além da função legislativa, fazia a gestão financeira e administrativa, era a autoridade de maior destaque em uma Vila ou Cidade; correspondia, nos dias atuais, acumular as chefias do legislativo e do executivo. Portanto, Antônio Gomes Barreto não é só o nosso Primeiro Presidente da Câmara é, também, o nosso primeiro gestor público. Cremos que a sua escolha para o referido cargo se deu, além do poder da família, pelo preparo intelectual, pois os predicados de professor, de advogado provisionado, de escrever com desenvoltura e de falar com fluência eram sem concorrência, em um período do nosso passado assolado pelos altos índices de analfabetismo e de ignorância. Os vereadores, a grande maioria, mal sabiam assinar o próprio nome. Portanto, a escolha de Antônio Gomes Barreto para presidir a edilidade foi sensata, podemos afirmar que foi uma escolha feliz e importante para o primeiro estágio da Telha como Vila.

Oito anos, ininterruptos, passou o professor Antônio Gomes Barreto à frente da Câmara Municipal da Vila da Telha, 1853/1861¹⁵, e outras vezes, de forma efêmera, voltou a presidir a mesma casa do povo. O prestígio e a força política por ele adquiridos, nesses anos, foram incontestáveis. Influenciava na indicação dos membros dos principais cargos da Vila e na indicação dos candidatos que concorreriam a uma vaga na Câmara Municipal; contribuía de forma decisiva nas eleições para a escolha dos deputados provinciais; era amigo das principais lideranças do partido conservador do Estado do Ceará etc. O sustentáculo maior desse poder político de Antônio Gomes Barreto era o **Clã Barra** constituído das abastadas famílias Gomes Barreto, Matos Mariscal, Cavalcante e Carvalho, todas entrelaçadas através de casamentos endógamos. As principais lideranças das famílias em destaque que atuaram, politicamente, entre os anos de 1853 a 1900 foram: Antônio Gomes Barreto, Cândido Antônio Barreto, Alexandre José Cavalcante, Leonel Alves de Carvalho, Esperidião de Matos Mariscal, Manoel Felipe Cavalcante, José Benício Cavalcante e Nívardo Barreto de Carvalho. Destacamos ainda que, além destes já citados, outros integrantes do **Clã Barra** assumiram os cargos de Juiz de

¹⁵ Arquivo Público do Estado do Ceará. Câmaras Municipais - Telha/Iguatu – Caixa 87.

Paz, de Delegado de Polícia e de Promotor Público da Vila da Telha, da Cidade da Telha e da Cidade de Iguatu.

Nos séculos XX e XXI, incontáveis descendentes das famílias do **Clã Barra** continuaram conquistando espaço no cenário político, social, econômico e intelectual do Iguatu, do Ceará e do Brasil. Para ilustrar essa plêiade de homens de valores, com origem consanguínea a partir dos **Gomes Barreto** do Sítio Barra, nominaremos alguns desses: Dr. José Carlos de Matos Peixoto (jurista, latinista, Deputado Federal/Presidente do Ceará), Dr. Demóstenes Alves de Carvalho (médico, Vice-Presidente do Ceará), José Adolfo de Oliveira (Intendente e Prefeito de Iguatu), Dr. Adahil Barreto Cavalcante (advogado, Deputado Estadual/Deputado Federal), Dr. José Mendonça Neto (médico, duas vezes Prefeito de Iguatu-CE), Dr. Durval Mendonça (médico, Presidente da Câmara de Iguatu-CE), Dr. Wilton Correia Lima (Engenheiro e Empresário), João Elmo Moreno Cavalcante (Empresário/Prefeito de Iguatu/Deputado Estadual), Dr. Marconi de Matos (Economista, Prefeito de Quixelô/Deputado Estadual), Dr. Elpídio Cavalcante (Bioquímico, Prefeito de Iguatu-CE), Dr. Marcos Antônio de Holanda Penaforte (médico, ex-secretário de Saúde do Estado do Ceará, Deputado Federal), General-de-Exército Paulo Sérgio Nogueira Oliveira, Dr. José Aurício Colares (odontólogo) e outros muitos.

A Vila da Telha, no princípio, como já foi enfatizado, era formada por poucas casas no entorno da modesta Igreja Matriz, onde se tinha um enorme descampado e muito mato. Nesse terreno elevado, de um lado a lagoa da Bastiana e do outro a lagoa da Telha, estrategicamente, foi construída pelos silvícolas da Missão da Telha, estes orientados pelos Carmelitas, a Capela da Telha, aproximadamente em 1742¹⁶. No ano em que a Telha passou para a categoria de Vila, o Padre Antônio Luís Vasconcelos de Drumond iniciou a construção da nova Matriz¹⁷, no mesmo espaço físico da igrejinha anterior. Também, foi após a emancipação da Vila, em 1854, que se deu o início da construção do cemitério, onde hoje temos a Praça Airton Jucá; teve início o ensino formal de primeiras letras para o sexo feminino, e a Câmara da Vila encaminhou ao Executivo da Província diversos artigos que compuseram o código de postura. A primeira câmara

¹⁶ Iguatu, memória sócio – histórico – econômica. II Edição, 1985. Página 40. Alcântara Nogueira.

¹⁷ Paróquia de Iguatu – sua formação eclesiástica. Pe. Francisco de Assis Couto. Página 23. Editora A. Batista Fontenele, Fortaleza-CE, 1958.

também se preocupou na organização do espaço urbano e nas condições sanitárias: baixou leis que determinavam a limpeza de terrenos; a proibição de se criarem equinos, bovinos e suínos soltos no espaço urbano e nos quintais das casas; ficou proibida a construção em uma área descampada no entorno da Matriz, que hoje constitui todo o espaço da Praça Adil Mendonça; a Câmara adquiriu uma casa para a comercialização de carne; construiu um curral para os animais que seriam abatidos; incentivou a plantação de árvores nas margens da lagoa da Telha e da Bastiana; regulou a pescaria nas lagoas de toda a Vila etc. Tudo isso, hoje, pode parecer simplório e inusitado, mas foi de grande valia para a organização urbana da Vila da Telha, que nessa época tinha uma população ínfima e genuinamente rural. Noventa por cento do nosso povo estava nos sítios e fazendas, de onde tiravam o sustento da terra. 7.395 habitantes existiam em todo o território da Vila, 705 eram escravos, de acordo com o censo de 1850¹⁸. Entre quatrocentos e seiscentos era o número de habitantes no Quadro da Matriz (a elite composta de comerciantes e agropecuaristas) e na periferia da urbe. A Telha teve crescimento rápido: a cada ano se percebia a evolução urbana e o aumento populacional. Corrobora com a nossa narrativa a matéria, Telha, comarca do Icó, publicada no Jornal O CEARENSE, de 18 de agosto de 1854:

É este um lugar pequeno sim, mas que se tornaria importante pelo comércio que ali se vai desenvolvendo com vantagem, pela criação dos gados, e o local da vila é excelente. É de uma perspectiva mais bela do que a do Icó...

Atraídos pelas expectativas comerciais, pelo potencial das terras férteis e agricultáveis, pela criação de gado, pelas águas das lagoas e do Rio Jaguaribe, povos oriundos de São Matheus (Jucás), de Saboeiro, de Várzea Alegre, do Icó, da Paraíba etc. foram se somando aos moradores primitivos do antigo povoado da Telha. Assim, gradativamente, outras lideranças começaram a surgir no meio da gama dos imigrantes fazendo oposição ao, antes inquestionável, Presidente da Câmara, Antônio Gomes Barreto, que enfrentou na política, nos tribunais e na imprensa, adversários ferrenhos.

A atuação da primeira Câmara Municipal da Vila da Telha, que tinha à frente Antônio Gomes Barreto, foi deveras positiva, haja vista o impulso

¹⁸ Jornal O CEARENSE, 11 de fevereiro de 1851.

desenvolvimentista que tomou após os primeiros anos de sua emancipação. Destaque-se mais uma vez a figura do Presidente da Câmara que exercia, também, a função de chefe do executivo. Homem de preparo intelectual, que sabia dialogar e que sabia reivindicar com desenvoltura as aspirações dos “telhenses” junto às autoridades estaduais. O intelectual escritor iguatense, de saudosa memória, Alcântara Nogueira assim externa, na sua importantíssima obra **“Iguatu, memória sócio – histórico – econômica”**, 2ª edição, página 69, a atuação da Câmara da Vila da Telha na sua gênese:

Inegavelmente, foi bastante operosa esta Câmara Municipal que funcionou nos primeiros anos após a elevação da Telha a condição de Vila. Veja-se por exemplo, o conjunto de atividades que teve, além da construção do cemitério, já assinalada, representado pelas Leis de origem do Executivo provincial, aprovando diversos artigos de postura da aludida Câmara. Verifica-se, com efeito, a atividade legislativa municipal atuando em diversos setores da vida da recém-criada Vila...

Antônio Gomes Barreto assumiu, biênio 1860/1862, na condição de suplente, a cadeira de Deputado Provincial do Ceará¹⁹. Nessa época, iniciou querelas com o padre coadjutor da Vila da Telha e político Francisco Coriolano de Carvalho e com o seu sobrinho, Capitão Antônio Ferreira Lima Abdoral. Utilizavam-se, ambas as partes, dos jornais do Estado do Ceará para fazerem ataques, denúncias, achaques e até mesmo para publicarem inverdades que denegriam a honra de um e do outro. Essas práticas grosseiras, inadmissíveis no mundo civilizado, foram utilizadas, naturalmente, na política do nosso Estado, no século XIX. Havia os jornais que serviam aos interesses dos conservadores e os que estavam à disposição dos liberais.

Desde cedo, Antônio Gomes Barreto envolveu-se em polêmicas e em conflitos. Mesmo rico, inteligente e influente, características estas que poderiam tê-lo blindado na época, não foram suficientes para torná-lo imune às críticas e às denúncias de desvio de conduta. Dois casos controversos tonaram-se públicos através da imprensa escrita: o primeiro caso foi uma queixa-crime preparada pelos adversários, sem provas, no princípio da década 1850, contra Antônio Gomes Barreto e seus primos Alexandre José Cavalcante e Belisário de Matos Mariscal, por serem os

¹⁹ Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Província do Ceará, Fortaleza, 1873. Páginas 60 e 61.

responsáveis pelo furto de um cálice, um rosário de ouro, uma patena e uma coroa, pertencentes à Igreja da povoação da Telha, ocorrido em 1839²⁰. Observem o tempo decorrido do suposto delito até a formalização da denúncia: onze anos. Nunca o preocupou essa queixa, haja vista não haver provas do seu envolvimento e, tão pouco, dos seus parentes. Antônio Gomes Barreto aproveitou a denúncia para esclarecer, detalhadamente, a farsa criada para prejudicá-los; o segundo fato de repercussão negativa ocorreu em 24 de outubro de 1863, quando Antônio Gomes Barreto foi flagrado, em adultério, com uma senhora casada. O casal foi surpreendido pelo marido traído no quintal da residência da amante o qual, diante da cena, se revestiu em fúria, desferindo golpes de faca em ambos, amante e amada. Antônio Gomes Barreto, ensopado em sangue, foi socorrido e salvo dos ferimentos sofridos, mas a companheira não teve a mesma sorte, faleceu quase que instantaneamente. Nesse dia, no momento das agressões, praticamente a população da Vila da Telha se encontrava na igreja Matriz, onde estava sendo celebrada a Santa Missa, engalanada com a visita pastoral do primeiro Bispo do Ceará, D. Luís Antônio dos Santos²¹. Logo a trágica notícia chegou ao conhecimento de toda a população e do ilustre prelado.

Antônio Gomes Barreto, em meados da década de 1860, já apresentava declínio na liderança do Partido Conservador e pouca popularidade junto aos eleitores da Vila da Telha, mas continuava influente e lutando por espaço político. Em 29 setembro de 1867, promoveu, na sua residência reunião de grandes proporções com a presença de mais de trezentos cidadãos de representatividade da Telha o que resultou na criação da Associação Conservadora que objetivava tornar mais forte a ala liberal do Partido Conservador do Ceará. Nesse encontro, foi ele um dos oradores, tendo sido escolhido, entre os presentes, o Primeiro Secretário da Associação e o seu irmão, Cândido Antônio Barreto, Presidente. Além destes, a diretoria foi composta pelo Tenente Cardim Ferreira Lima Verde, Capitão José Tavares de Miranda, Capitão Leonel Alves de Carvalho, Epaminondas Cavalcante de Albuquerque Luna e o Alferes Nivardo Barreto de Carvalho.

Antônio Gomes Barreto chegou ao posto de Major Comandante da Guarda Nacional da Telha e permaneceu atuante na política, dividindo,

²⁰ Crimes Que Abalaram o Sertão. Página 134. Meton Vieira. Fortaleza, 1993.

²¹ Jornal Pedro II, 11.11.1863, Fortaleza-CE; Jornal do Comércio, 26.11.1863, Rio de Janeiro-RJ e Jornal O Cearense, 19.01.1864, Fortaleza-CE.

com o irmão e primos, a liderança do Partido Conservador, até o fim da sua existência, em 14 de outubro de 1871, quando sofreu um ataque cardíaco fatal, aos 51 anos. O grupo político do Partido Conservador da Vila da Telha, que já estava em declínio, com o falecimento inesperado de um dos seus líderes, Antônio Gomes Barreto, vê subtraído, ainda mais, o espaço político na comuna. O Partido Liberal, também, sofreu revés, após um ano da morte do líder conservador, com o falecimento do seu maior expoente, Padre Francisco Coriolando de Carvalho, em 1872. Nessa década de 1870, duas novas lideranças assumem o Partido Conservador e o Partido Liberal, Celso Ferreira Lima Verde e Belisário Cícero Alexandrino, respectivamente. Assim as querelas políticas de ambas facções partidárias, iniciadas em 1853, continuam até os primeiros anos do século XX.

Utilizo-me, outra vez, da obra memorável, **“Iguatu, memória sócio – histórico – econômica”**, 2ª edição, página 64, do professor e filósofo iguatense Alcântara Nogueira, para concluir o perfil biográfico do primeiro Presidente da Câmara da Vila da Telha, Antônio Gomes Barreto:

O primeiro Presidente da Câmara Municipal da Vila da Telha, cujas funções eram das mais importantes e se equivaliam às do futuro intendente e, posteriormente, do Prefeito, foi Antônio Gomes Barreto – que aparece no desempenho do cargo no período de instalação da Vila (1853), indo até o ano de 1860. Trata-se de uma das figuras mais importantes da Telha antiga, pois, além de chefe político, era professor e advogado; no decorrer de vários anos seu nome está ligado a atividades políticas e sociais da Vila. Durante os anos de 1868, 1869 e 1870 pelo menos, ele ainda foi vereador da Câmara Municipal. Com certeza, sua atividade política, a partir da eleição para Presidente da Câmara, tornou-se cada vez mais intensa. Nessa fase, tudo afirma, Antônio Gomes Barreto foi quem teve, na Telha, maior expressão política. Possuindo boa condição econômica, tudo lhe sorriu bem, uma vez que o seu lugar estava determinado em posição de mando na sociedade, mesmo quando o seu grupo político não era o dirigente.

Portanto, a atuação político-administrativa do nosso primeiro Presidente da Câmara, Antônio Gomes Barreto, foi positiva e deve permanecer sempiterno nos anais da querida terra da Telha para servir de farol aos seus edis e aos seus gestores.

BIBLIOGRAFIA

- Alcântara Nogueira. Iguatu Memória Sócio-Histórico-Econômica, 2ª edição 1985.
- Antônio Bezerra. Algumas Origens do Ceará, 1918.
- Antônio Martins Filho e Raimundo Girão. O Ceará. Editora Fortaleza, 1939.
- Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Província do Ceará, Fortaleza, 1873.
- Barão de Studart. Datas e Factos para a História do Ceará. Fundação Waldemar Alcântara, Vol. I, II, e III, 2001.
- Datas de Sesmarias, volume VII. Sesmaria Nº 510. Tipografia Gadelha, Fortaleza-CE, 1926.
- Hugo Victor. Ceará - O Município e a Cidade de Iguatu, 1925 / 1998.
- Hugo Victor. Deputados Provinciais e Estaduais do Ceará (1835 – 1947). Editora Jurídica LTDA, Fortaleza-CE.
- Francisco Augusto de Araújo Lima. Siará Grande – Uma Província Portuguesa no Nordeste Oriental do Brasil. Volume IV. Fortaleza, 2016.
- Mons. Francisco de Assis Couto. Monografias, 1958 /1999.
- João Brígido. Ceará (Homens e Fatos), 2001.
- Meton Vieira. Crimes Que Abalaram o Sertão. Fortaleza, 1993.
- Miguel Porfírio de Lima. Icó em Fatos e Memórias, Vol. 1 e Vol. 2, 1995/1998.
- Dr. Pedro Théberge. Esboço Histórico Sobre a Província do Ceará – Editora Henriqueta Galeno. Fortaleza-CE, 2ª Edição, 1973.
- Raimundo Girão. A Marcha do Povoamento do Vale do Jaguaribe (1600 – 1700). Fortaleza-CE, 1986.
- Raimundo Girão. Evolução Histórica Cearense. Fortaleza-CE, 1986.
- Revista do Instituto do Ceará, ano 1965. Fortaleza-CE.
- Simone de Souza. História do Ceará, 4ª edição, 1995.

DOCUMENTOS

Atas da Câmara da Vila da Telha/Iguatu – Pacote 43. Arquivo Público do Estado do Ceará.

Inventário de Escolástica Maria de Mello. Arquivo Público do Estado do Ceará. Pacote 3 – Processo 24, ano de 1835.

Livro de casamentos da cidade de Aracati-CE (1839 – 1851). Diocese de Limoeiro do Norte.

Livros de Óbitos da cidade de Iguatu-CE.

Livros de Batizados da cidade de Iguatu-CE.

Livros de Casamentos da cidade de Iguatu-CE.

Datas de Sesmarias, volume VII. Sesmaria Nº 510. Tipografia Gadelha, Fortaleza-CE, 1926.

Leis Provinciais do Estado do Ceará – Tomo II (1847 – 1855).

JORNAIS

Jornal CONSTITUIÇÃO, de 13 de maio de 1866.

Jornal O POVO, 4 de maio de 1949.

Jornal O CEARENSE, 11 de fevereiro de 1851.

Jornal O CEARENSE, 19.01.1864, Fortaleza-CE.

Jornal Pedro II, 11.11.1863, Fortaleza-CE.

Jornal do Comércio, 26.11.1863, Rio de Janeiro-RJ.